



SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO
PARA HABILITAÇÃO DE CANDIDATOS A
CONSELHEIRO TUTELAR DO DISTRITO
FEDERAL PARA O TRIÊNIO 2013/2015**

CONSELHEIRO TUTELAR

INSTRUÇÕES

- Verifique atentamente se este **caderno de exame** corresponde à função a que você concorre e se ele contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes ao exame de conhecimento específico. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência quanto à função a que você concorre, solicite ao **chefe de sala** que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique, na **folha de respostas**, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na **folha de respostas**.
- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer o exame de conhecimento específico.
- Na duração do exame de conhecimento específico, está incluído o tempo destinado à entrega do material de exame, à identificação – que será feita no decorrer do exame – e ao preenchimento da **folha de respostas**.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- Não é permitida, durante a realização do exame, a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas, nem a utilização de lápis, lapiseira/grafite, borracha, réguas de cálculo, máquinas calculadoras e(ou) similares.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Não é permitida a utilização de aparelho eletrônico de comunicação.
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início do exame, você poderá entregar sua **folha de respostas** e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este **caderno de exame** após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos do início do exame.
- Ao terminar o exame, chame o **chefe de sala**, devolva-lhe a sua **folha de respostas** devidamente assinada e deixe o local de exame.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação do seu exame.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

QUESTÃO 1

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Com base nesse princípio constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito à proteção especial abrangerá a garantia de acesso do trabalhador criança, adolescente e jovem à escola.
- (B) O plano nacional de juventude, a ser estabelecido em lei, terá duração decenal e visa à articulação das várias esferas do Poder Público para a execução de políticas públicas.
- (C) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma de lei específica, não havendo previsão para a adoção internacional.
- (D) O Estado criará programas de integração social da criança e do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência.
- (E) A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente, observados, no entanto, o princípio da excepcionalidade na aplicação de pena restritiva de direito.

QUESTÃO 2

Quanto às ações governamentais na área de assistência social, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) serão realizadas com recursos exclusivos do orçamento da seguridade social.
- (B) a execução dos programas caberá à esfera federal.
- (C) a participação da população, por meio de organizações representativas, é uma das diretrizes na formulação de políticas e controle das ações em todos os níveis.
- (D) os municípios estão excluídos das referidas ações.
- (E) os estados poderão utilizar parte de sua receita tributária líquida em programas de apoio à inclusão social, incluindo pagamento de despesas com pessoal.

QUESTÃO 3

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, razão pela qual, para fins de proteção constitucional, foram consagradas expressamente as seguintes espécies de entidade familiar:

- (A) família matrimonial, família informal e família monoparental.
- (B) família matrimonial, família hierarquizada e família monoparental.
- (C) família socioeconômica, família informal e família monoparental.
- (D) família informal, família monoparental e família concubinária.
- (E) família socioeconômica, família informal e família concubinária.

QUESTÃO 4

No que se refere à proteção do Estado concedido à família, é correto afirmar que

- (A) o planejamento familiar é livre decisão do casal, sendo permitida a intervenção coercitiva, por parte de instituições oficiais ou privadas, para regular o exercício desse direito constitucional.
- (B) o casamento é civil, e gratuita a sua celebração.
- (C) o casamento civil tem efeito religioso, nos termos da lei.
- (D) o casamento civil poderá ser dissolvido pela separação judicial.
- (E) os direitos e os deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e, na falta deste, pela mulher.

QUESTÃO 5

É atribuição do Conselho Tutelar, como órgão de proteção ao menor,

- (A) conceder a guarda, mesmo que provisória, a determinada pessoa.
- (B) expedir notificações, bem como certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente.
- (C) determinar o abrigo em entidade quando houver ameaça aos direitos da criança e do adolescente por ação ou omissão do Estado.
- (D) determinar a requisição de tratamento psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, quando houver omissão da sociedade.
- (E) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa, bem como ao Poder Judiciário acerca de infração penal contra os direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 6

Como sujeitos de direito, a criança e o adolescente desfrutam de direitos fundamentais, como, por exemplo, o direito à saúde, o qual inclui uma fase anterior, que é a gestação e o parto. O Estatuto da Criança e do Adolescente determina proteção à maternidade, especialmente à gestante, por meio do Sistema Único de Saúde e de planos da Previdência Social, visando ao próprio direito da criança a nascer: atendimento pré-natal e perinatal, ou seja, antes, durante e depois do nascimento. Nesse contexto e com fundamento na Lei n.º 8.069/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) Os filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade estão excluídos das condições adequadas ao aleitamento materno proporcionadas pelo Poder Público.
- (B) Os hospitais públicos, e não os privados, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- (C) A parturiente será atendida, exclusivamente, pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- (D) Os hospitais não são obrigados a identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão digital.
- (E) A assistência psicológica, como dever do Poder Público, deverá ser prestada também a gestantes ou a mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.

QUESTÃO 7

Muitas empresas disponibilizam vagas de emprego a adolescentes por meio de programas específicos, propiciando uma ótima oportunidade para se conseguir a primeira chance de inserção no mercado de trabalho e adquirir experiência. Com a entrada em vigor das novas disposições em relação à criança e ao adolescente, a Lei n.º 8.069/1990, seguindo mandamento constitucional, disciplinou o direito à profissionalização e à proteção do trabalho da criança e do adolescente, o qual deverá ser observado nesses programas oferecidos pelas empresas. De acordo com a referida lei e com a Constituição Federal, é proibido

- (A) trabalho perigoso a menores de 24 anos de idade.
- (B) trabalho noturno e insalubre a menores de 21 e maiores de 16 anos de idade.
- (C) trabalho insalubre a menores de 21 anos de idade.
- (D) qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade.
- (E) trabalho noturno a maiores de 18 e menores de 21 anos de idade.

QUESTÃO 8

Viver junto à família natural e, excepcionalmente, em família substituta, bem como ter assegurada a convivência familiar e comunitária são direitos fundamentais da criança e do adolescente previstos expressamente na Lei n.º 8.069/1990. Com base no direito à convivência familiar e comunitária, assinale a alternativa correta.

- (A) Um filho havido fora do casamento só poderá ser reconhecido após a morte se ele deixar descendentes.
- (B) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional tem prazo improrrogável de dois anos.
- (C) O poder familiar será exercido pelo pai e com a colaboração da mãe.
- (D) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a suspensão do poder familiar.
- (E) Os filhos havidos fora do casamento não poderão ser reconhecidos pelos pais mediante testamento.

QUESTÃO 9

De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar determinados princípios, entre eles o de

- (A) impedir a integração em família substituta.
- (B) evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- (C) impossibilitar o atendimento em pequenos grupos.
- (D) inibir a participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- (E) evitar a participação na vida da comunidade local.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa que apresenta, entre as medidas aplicáveis a pais ou responsáveis pelos menores, aquela que exige, para sua imposição, o decreto judicial em procedimento contraditório.

- (A) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (B) Suspensão do poder familiar.
- (C) Inclusão em programa oficial de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- (D) Perda da guarda.
- (E) Advertência.

QUESTÃO 11

O acolhimento institucional e o familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. Com base nessa informação, é correto afirmar que, sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança e do adolescente à família de origem,

- (A) será enviado relatório fundamentado ao Poder Judiciário, no qual conste a descrição pormenorizada das providências tomadas.
- (B) o Poder Judiciário, após recebido o relatório do Conselho Tutelar, terá o prazo de trinta dias para determinar a destituição do poder familiar.
- (C) caberá ao Ministério Público requisitar força policial para cumprir a medida de reintegração.
- (D) a criança e o adolescente serão mantidos em abrigo institucional por tempo indeterminado.
- (E) a ação de destituição do poder familiar não será ajuizada se o Ministério Público entender indispensável a realização de estudos complementares.

Texto para responder às questões 12 e 13.

Em uma manhã ensolarada de domingo, Marcelino, com a idade de 17 anos, 11 meses e 27 dias, disparou uma arma de fogo no clube de sua cidade, onde participavam de uma competição esportiva diversos atletas. Nos termos da Lei n.º 8.069/1990, a conduta de Marcelino é caracterizada como contravenção penal, denominada tecnicamente de ato infracional.

QUESTÃO 12

Com base na situação hipotética apresentada no texto, é correto afirmar que

- (A) Marcelino não será privado de sua liberdade, ainda que surpreendido na prática do ato.
- (B) a lei recorre a uma presunção de inimputabilidade de Marcelino por meio do critério etário, estipulando a idade de dezenove anos.
- (C) Marcelino, ainda que munido da carteira de identidade, deverá ser submetido à identificação compulsória pela polícia local.
- (D) Marcelino, em razão da gravidade do ato, não terá direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão.
- (E) considera-se a idade de Marcelino na data do fato, para efeito de cumprimento de eventual medida socioeducativa, sendo irrelevante a circunstância de atingir o agente a maioridade.

QUESTÃO 13

Considerando a situação apresentada no texto, a autoridade competente poderá aplicar a seguinte medida:

- (A) liberdade assistida.
- (B) internação em estabelecimento comercial.
- (C) prestação de trabalho forçado.
- (D) multa pecuniária.
- (E) inserção em regime de reclusão.

QUESTÃO 14

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que o reconhecimento do estado de filiação é direito

- (A) personalíssimo, indisponível e imprescritível.
- (B) indisponível e imprescritível, e pode ser exercitado inclusive contra os herdeiros, observadas as restrições.
- (C) personalíssimo e prescritível.
- (D) personalíssimo e renunciável.
- (E) indisponível e prescritível, e pode ser exercitado contra os pais.

QUESTÃO 15

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado assegurar

- (A) ensino médio, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (B) atendimento em creche e pré-escola às crianças de dois a quatro anos de idade.
- (C) oferta de ensino durante o dia, sendo proibido o estudo noturno à criança e ao adolescente.
- (D) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística.
- (E) progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade ao ensino superior.

QUESTÃO 16

São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar:

- (A) primos.
- (B) tio e filho do sobrinho.
- (C) sogro e nora.
- (D) pessoas divorciadas.
- (E) cunhados, mesmo após a extinção do cunhadio.

QUESTÃO 17

Entre as competências do Conselho Tutelar, está a de fiscalizar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Caso seja constatada a falta ou a carência de recursos materiais da família responsável legalmente pelo menor, deverá o conselheiro comunicar o fato à autoridade competente. Assinale a alternativa correta em relação a esse comunicado.

- (A) Provoca a destituição ou a suspensão do poder familiar, uma vez que a família não tem condições materiais de constituir advogado.
- (B) Não há motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (C) Possibilita ao juiz destituir o poder familiar prontamente e encaminhar a criança e o adolescente para a adoção.
- (D) Constitui motivo suficiente para se iniciar o processo de perda ou de suspensão do poder familiar.
- (E) Não justifica a inserção judicial da família em programas oficiais de auxílio.

QUESTÃO 18

(27/2/2012) Um bebê recém-nascido foi encontrado em um terreno baldio em Guaratiba, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e foi levado ao Hospital Rocha Faria, onde está sob observação. De acordo com o hospital, a criança aparentava ter um mês de nascida e chegou com marcas de picadas de inseto no rosto, mas não apresentava sinais de maus-tratos. O Conselho Tutelar foi acionado e afirmou que vai encaminhar a criança à Vara da Infância. De acordo com o Conselho, caso não sejam encontrados os pais do bebê, ele será encaminhado para uma família substituta.

Internet: <<http://imirante.globo.com>> (com adaptações).

Considerando a situação apresentada no texto, assinale a alternativa correta quanto ao procedimento para colocação em família substituta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) O pedido para colocação em família substituta poderá ser feito pelos próprios interessados, com assistência obrigatória de advogado ou defensor público, caso os pais da criança sejam falecidos, tenham sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou tenham aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta.
- (B) É válido o consentimento para a colocação da criança em família substituta, feito, por escrito, pelos titulares do poder familiar, antes ou depois do nascimento da criança. Fica dispensada a audiência perante o juízo da infância e da juventude, desde que tenham sido fornecidos por equipe interprofissional orientações e esclarecimentos.
- (C) A colocação em família substituta não depende de suspensão ou perda do poder familiar. O procedimento relativo ao poder familiar é específico e depende da realização de estudo social ou, se possível, de perícia por equipe interprofissional, por ordem da autoridade judiciária, de ofício ou em deferimento a pedido das partes ou do Ministério Público.
- (D) Sendo a criança colocada em regime de acolhimento familiar, deverá a autoridade judiciária manter um cadastro, de acesso restrito ao Poder Judiciário e membros do Ministério Público, para acompanhamento da situação jurídica dessa criança.
- (E) O Conselho Tutelar poderá, em caráter emergencial, colocar a criança sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar e comunicar a autoridade judiciária, no prazo máximo de cinco dias, para que sejam tomadas as providências cabíveis quanto à suspensão ou à perda do poder familiar.

QUESTÃO 19

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária está fundamentado nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir à mãe, à criança e ao adolescente o cumprimento de alguns direitos. Assinale a alternativa correta acerca desses direitos.

- (A) A mãe tem liberdade de entregar seu filho para a adoção, desde que comprove que o interessado seja pessoa idônea e atenda aos requisitos legais de idade mínima.
- (B) A criança e o adolescente terão acolhimento garantido em instituição ou família substituta, e a situação em atendimento ao convívio familiar, obrigatoriamente, não ultrapassará o prazo de dois anos.
- (C) Nas situações de risco e enfraquecimento dos vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação desses vínculos, aliando o apoio socioeconômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar.
- (D) O direito ao vínculo familiar engloba o conceito de família extensa ou ampliada, a qual se constitui pelos pais e irmãos ou por parentes próximos com os quais a criança e o adolescente tenham vínculos sanguíneos.
- (E) O direito à assistência psicológica gratuita, por intermédio do Sistema Único de Saúde, é exclusivo da mãe, após o parto, a fim de minimizar os efeitos do estado puerperal, se comprovada por junta médica a ocorrência de depressão.

QUESTÃO 20

Menina de 3 anos foi espancada pelo pai por não ter usado o penico. A tia da criança tenta ficar com ela, autorizada pela justiça do Rio de Janeiro. A informação foi confirmada pelo delegado titular da 32.ª Delegacia de Polícia de Jacarepaguá, e a criança está sob a guarda do Conselho Tutelar, após ter sido encaminhada para o Instituto Médico Legal (IML).

Internet: <<http://g1.globo.com>> (com adaptações).

Considerando a situação apresentada no texto, assinale a alternativa que apresenta a hipótese correta, segundo a qual poderá a criança ficar com a tia.

- (A) A legislação possibilita à tia da criança somente efetuar pedidos visando à adoção ou à tutela.
- (B) A tia obriga-se, ao receber a criança como família substituta, a prestar-lhe, exclusivamente, assistência material.
- (C) A tia somente poderá adotar a criança se comprovar que é maior de 21 anos e civilmente casada.
- (D) A criança, ao ficar com a tia, deverá ser submetida, mensalmente, a acompanhamento psicológico para verificar a existência de condições mínimas de adaptação e integração ao convívio familiar.
- (E) Nesse caso, é cabível a concessão de tutela, em razão de a criança contar com idade inferior a 18 anos, ressalvada a necessidade de suspensão ou perda do poder familiar.

QUESTÃO 21

A Convenção sobre os Direitos da Criança, considerado o principal documento internacional referente a esses direitos, foi resultado do amadurecimento da comunidade internacional, visando garantir e efetivar os direitos da criança, com o objetivo de que esses pequenos cidadãos de hoje tenham todas as condições para criarem, no futuro, uma ordem social justa e humana. Em relação aos dispositivos que tratam da educação no Decreto n.º 99.710/1990, é correto afirmar que

- (A) a educação deve destinar-se a controlar os fatores biomesológicos que determinam a ocorrência de comportamentos antissociais, bem como estimular o desenvolvimento da cultura cívica, da ética e da participação política.
- (B) o conteúdo educativo disseminado deve promover a obediência, o controle e o senso de dever, bem como inculcar, na criança, o respeito à lei e à ordem, e também à disciplinarização progressiva de sua personalidade.
- (C) o ensino superior deverá ser obrigatório e gratuito, além de disponível para todos que são considerados crianças, para os efeitos da Convenção.
- (D) a promoção ao respeito da criança pelo meio ambiente, bem como o estímulo ao respeito pelos direitos do homem, pelas liberdades fundamentais e pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas são diretrizes a serem seguidas no processo educacional.
- (E) os estados signatários da Convenção reconhecem como sua a responsabilidade primordial pela educação das crianças, cabendo aos pais a assistência aos filhos menores.

QUESTÃO 22

O artigo 4.º da Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece que os estados-parte adotarão todas as medidas administrativas, legislativas e de outra índole com vistas à implementação dos direitos ali reconhecidos. No que se refere à garantia de liberdade, o texto legal decreta que

- (A) a criança seja tratada com o respeito que merece, com a dignidade inerente à pessoa humana, levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade.
- (B) nenhuma criança deverá ser privada de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária, excetuadas as hipóteses de aplicação de medidas socioeducativas.
- (C) a criança terá direito amplo e irrestrito à liberdade de expressão.
- (D) a liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita à crença oficial de cada estado signatário.
- (E) a criança privada de liberdade tem direito de manter contato com sua família, por meio de correspondência ou de visitas, após o período mínimo de ressocialização, durante o qual só pode manter contatos externos com a autoridade judiciária competente, a defensoria pública e o núcleo de assistência social do Conselho Tutelar.

QUESTÃO 23

Toda criança quer
Toda criança quer crescer
Toda criança quer ser um adulto.

Paulo Tatit e Sandra Peres. **Toda criança quer** (com adaptações).

Para a Convenção sobre os Direitos da Criança, considera-se criança todo ser humano que

- (A) é menor de 16 anos de idade, desde que não emancipado judicialmente.
- (B) é incapaz de responder pelos atos da vida civil, independentemente da idade.
- (C) é menor de 18 anos de idade, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.
- (D) não tem autonomia para zelar pelo seu próprio bem-estar.
- (E) não apresenta desenvolvimento físico, psíquico e sexual compatível com as características da vida adulta.

QUESTÃO 24

(12/5/2011) Um jovem de 15 anos de idade passou três meses preso, por engano, no Complexo Penitenciário da Papuda, como se fosse maior de idade, na mesma cela que presos adultos. O erro só foi descoberto no começo deste mês, e o adolescente foi encaminhado ao Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) na tarde desta quarta-feira. A acusação de furto será julgada novamente, nesta quinta-feira, pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ) de Samambaia.

Internet: <www.correiobraziliense.com.br> (com adaptações).

Considerando essa notícia e aplicando os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Criança, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o menor receba tratamento adequado, como alimentação e acesso às condições mínimas de higiene, não há impedimento para prisão conjunta.
- (B) Não havendo dano físico ou psíquico para o menor, não é vedada a prisão, em curto espaço de tempo, em estabelecimento prisional inadequado.
- (C) Como o menor estava em prisão provisória, não cumprindo pena definitiva por condenação, as regras da Convenção não se aplicam.
- (D) Desde que regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a prisão em estabelecimento prisional conjunto não desrespeita os princípios da Convenção.
- (E) O menor somente poderia ficar em prisão conjunta com adulto se isso fosse favorável ao seu interesse.

QUESTÃO 25

A Lei Distrital n.º 4.451/2009 estabelece normas acerca da organização e do funcionamento dos conselhos tutelares no âmbito do Distrito Federal. Com relação a essas normas, assinale a alternativa correta.

- (A) O funcionamento do Conselho Tutelar será realizado em horário comercial; aos finais de semana e feriados, o atendimento deverá ser feito pela autoridade judiciária de plantão.
- (B) A efetiva atuação em horário fora do estabelecido pela lei deverá ser feita pelo Centro de Referência dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (C) A competência do Conselho Tutelar restringe-se à solução de situações de violação dos direitos da criança e do adolescente, mediante adoção de procedimentos legais cabíveis.
- (D) A circunscrição de atuação de cada Conselho Tutelar será definida por ato da coordenação de apoio técnico aos conselhos tutelares.
- (E) O funcionamento dos conselhos tutelares não contempla previsão orçamentária, visto que são mantidos por organização civil.

QUESTÃO 26

O conselheiro tutelar exerce um papel importante, e uma de suas atribuições é orientar famílias e crianças, razão pela qual o processo de escolha dos conselheiros bem como a estrutura e atuação do órgão são regulamentados por legislação específica. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedada a recondução, tornando-se inelegível o conselheiro que já tenha exercido um mandato.
- (B) O Conselho Tutelar constitui órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (C) A distribuição dos conselhos tutelares será feita de forma igualitária, dividindo-se a extensão territorial pelo número de conselheiros nomeados.
- (D) Em cada região administrativa do Distrito Federal, deve haver somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, permitida uma reeleição.
- (E) Para o exercício do cargo em Conselho Tutelar, exige-se dedicação exclusiva à função, admitindo-se cumulação com cargo de magistério público, visto que isso contribui para o acesso à comunidade.

QUESTÃO 27

Um conselheiro tutelar, proprietário de uma escola de futebol para crianças e adolescentes, com o objetivo de inscrever seu time em um campeonato de futebol para participantes com idade mínima de 14 anos, instigou e auxiliou os menores a falsificarem cédulas de identidade, para que participassem da competição.

Nessa situação hipotética, a conduta apresentada acarreta perda do mandato. Assinale a alternativa que apresenta outra hipótese legal, nos termos da legislação distrital, de perda do mandato.

- (A) Não comparecimento, injustificado, ao expediente e ao plantão no horário estabelecido.
- (B) Reincidência em duas faltas punidas com advertência.
- (C) Assunção, na iniciativa privada, de cargo incompatível com o horário e não autorizado pelo colegiado em decisão administrativa.
- (D) Abandono da função por período superior a trinta dias.
- (E) Ofensa verbal, em serviço ou fora dele, a outro conselheiro tutelar, a servidor público ou a particular.

QUESTÃO 28

A legislação distrital regulamenta os direitos, deveres, proibições e impedimentos do conselheiro tutelar no exercício de sua função. Com base nessa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) É direito do conselheiro tutelar exercer outra atividade, mesmo sendo esta incompatível com o exercício do cargo de conselheiro.
- (B) É dever do conselheiro tutelar adotar medidas estabelecidas na legislação para prevenir, proteger, garantir, restabelecer e fazer cessar a violação ou a ameaça dos direitos de crianças e adolescentes, mediante autorização judicial.
- (C) Devido ao sigilo que envolve a função, o conselheiro tutelar não poderá levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que tiver ciência em razão de suas atribuições.
- (D) É dever do conselheiro tutelar aplicar medida de proteção, mesmo que contrária à decisão colegiada do Conselho Tutelar.
- (E) O conselheiro tutelar deverá delegar a pessoa estranha ao Conselho Tutelar o desempenho de atribuição de sua própria responsabilidade, em caso de situações emergenciais e transitórias.

QUESTÃO 29

O conselheiro tutelar que, durante seu mandato, pratica atos de aliciamento sexual de crianças e adolescentes, a quem, no exercício do cargo, teria de dar proteção, deverá ser punido disciplinarmente. Nos termos da legislação distrital, são consideradas formas de penalidade disciplinar:

- (A) suspensão e perda do mandato, apenas.
- (B) advertência, suspensão e, mediante sentença transitada em julgado, perda do mandato.
- (C) suspensão, advertência e perda do mandato.
- (D) advertência, perda do mandato e prisão.
- (E) suspensão, perda do mandato e inelegibilidade pelo prazo de cinco anos.

QUESTÃO 30

Após visita domiciliar, o Conselho Tutelar apurou a falta de zelo e dos cuidados necessários e indispensáveis para a sobrevivência de uma criança recém-nascida, que apresenta sinais de desnutrição. Foram também constatadas péssimas condições da residência da família, além do fato de os genitores da criança serem portadores de tuberculose e usuários de substâncias entorpecentes, e a mãe ser, também, portadora de deficiência intelectual.

Com base nesse caso hipotético, ao encontrar situação de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, nos termos da lei distrital, deverá o Conselho Tutelar

- (A) verificar o cumprimento dos direitos, como o estado de saúde física e psicológica, o estado de nutrição e a vacinação obrigatória.
- (B) verificar a ocorrência de possível delito e, sendo este confirmado, encaminhar a criança imediatamente para a adoção.
- (C) celebrar um termo de responsabilidade, para que o convívio familiar seja mantido pelo bem da criança.
- (D) aplicar medida de transferência para acolhimento institucional, independentemente de a criança ter parentes vivos ou em condições de zelar pelo seu cuidado.
- (E) ter autorização para acesso ao local, seja público ou privado, no qual se constata a infração a quaisquer direitos da criança.

QUESTÃO 31

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, considerando que o Conselho Tutelar constitui órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos, dotou-o de autonomia. Acerca dessa autonomia, é correto afirmar que os conselhos tutelares

- (A) exercem as atribuições previstas na lei e nos atos administrativos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo municipal, estadual ou distrital.
- (B) não se subordinam, no exercício de suas atribuições, ao Conselho Municipal ou Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual devem manter uma relação de parceria.
- (C) proferem decisões de intervenção de caráter resolutivo, o que impede a revisão por parte do Poder Judiciário.
- (D) desfrutam de autonomia completa em relação ao Poder Público de qualquer esfera, uma vez que são mantidos por organizações da sociedade civil.
- (E) estão desvinculados, quanto às suas decisões, dos órgãos da administração pública e isentos da fiscalização do Ministério Público.

QUESTÃO 32

Em cada município e no Distrito Federal, haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão da administração pública local. Para o pleno funcionamento desse órgão, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente determina que

- (A) o Conselho Tutelar funcione em sede própria, sendo vedado o pagamento de qualquer valor a título de aluguel, em especial a particulares, a fim de evitar conflitos de interesses.
- (B) a administração municipal isente o Conselho Tutelar dos tributos municipais, bem como do pagamento de emolumentos cartorários.
- (C) o funcionamento do Conselho Tutelar dependa do horário e da escala de turno em plantões dos conselheiros, e que aqueles com cargo de chefia cumpram jornada diferenciada.
- (D) o Conselho Tutelar funcione em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população.
- (E) a estrutura física do Conselho Tutelar permita a guarda sigilosa dos registros, os quais somente são acessíveis à população e ao Ministério Público mediante autorização judicial.

QUESTÃO 33

Uma criança encontrada acorrentada, quando deveria estar aos cuidados da avó, que, ao sair para trabalhar, a deixa nessa situação com o conhecimento da mãe, é prova inequívoca de violação dos direitos básicos. O Conselho Tutelar, ao ser comunicado de tal fato, deverá adotar medidas que visem interromper a situação de lesão aos direitos. Considerando a autoridade e a autonomia do Conselho para proferir decisões, assinale a alternativa correta.

- (A) Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário.
- (B) A atuação do Conselho Tutelar visa apresentar soluções provisórias, cabendo ao Poder Judiciário deferir as soluções definitivas.
- (C) O Conselho Tutelar atua de modo independente e visa efetivar medidas para a interrupção da situação de dano; caso dependa da atuação de outros órgãos, deverá ser requerida a intervenção pelo Poder Judiciário.
- (D) O exercício da autonomia do Conselho Tutelar isenta seus membros de responderem pelas obrigações funcionais e administrativas junto a órgão ao qual está vinculado.
- (E) Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar ao Conselho Municipal ou Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente ao qual é subordinado.

QUESTÃO 34

As resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente determinam que, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e os princípios contidos na Constituição Federal, na legislação infraconstitucional e nas convenções internacionais. Com base nessa informação, é correto elencar, entre tais dispositivos, a

- (A) federalização da política de atendimento a crianças e adolescentes.
- (B) proteção integral e secundária dos direitos da criança e do adolescente.
- (C) intervenção máxima e permanente das autoridades e instituições em promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.
- (D) responsabilidade exclusiva da família pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes.
- (E) intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida.

QUESTÃO 35

Com base na Resolução n.º 139/2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **incorreta** quanto aos deveres do Conselho Tutelar.

- (A) Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse, ou por seus procuradores legalmente constituídos.
- (B) Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno.
- (C) Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado.
- (D) Comparecer às audiências judiciais, referentes aos processos que tenha iniciado, independentemente de convocação.
- (E) Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias.

QUESTÃO 36

Com o trabalho dos conselhos tutelares, ao longo dos vinte anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi verificada a necessidade de se expedirem e reformularem diretrizes além daquelas estabelecidas, o que originou, em 2010, a Resolução n.º 139 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual alterou os parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos tutelares. Considerando essa informação, é correto afirmar que a resolução

- (A) determina que, na ausência de dotação orçamentária específica para a implantação e a manutenção do Conselho Tutelar, deve-se recorrer à lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) veda a utilização do recurso do Fundo da Criança e do Adolescente para implantação ou manutenção do Conselho Tutelar, bem como para formação e qualificação dos conselheiros tutelares para o exercício de suas funções.
- (C) altera o vínculo administrativo com a estrutura geral do Poder Executivo, passando o Conselho Tutelar a estar vinculado, preferencialmente, ao órgão da administração municipal. Na inexistência deste, ao gabinete do prefeito ou do governador, no caso do Distrito Federal.
- (D) altera as penalidades aplicáveis para advertência; suspensão não remunerada, de um a três meses e perda da função.
- (E) altera a proporção mínima para a criação de um Conselho, aumentando-a para cada duzentos mil habitantes.

QUESTÃO 37

O Sistema de Garantia dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, regulamentado pela Resolução n.º 113/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, possui três eixos principais para efetivar os direitos, que são:

- (A) promoção, qualidade e controle.
- (B) defesa, controle e promoção.
- (C) defesa, qualidade e promoção.
- (D) controle, qualidade e eficiência.
- (E) promoção, defesa e eficiência.

QUESTÃO 38

Considerando a definição dos conselhos tutelares expressa no art. 10 da Resolução n.º 113/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta acerca desses órgãos.

- (A) Somente os conselhos tutelares têm competência para apurar os atos infracionais praticados por crianças, aplicando-lhes medidas específicas de proteção.
- (B) Compete ao Conselho Tutelar prestar assessoria jurídica e assistência judiciária gratuita a todas as crianças e adolescentes e a suas famílias que necessitarem, por meio dos conselheiros eleitos.
- (C) As atribuições dos conselhos tutelares estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, e podem ser instituídas novas atribuições em regimento interno ou em atos administrativos semelhantes de quaisquer outras autoridades.
- (D) É vedado ao Conselho Tutelar executar as medidas socioeducativas previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, salvo aquelas estabelecidas pela autoridade judiciária, por força do inciso VI do art. 136.
- (E) Os conselhos tutelares são entidades, programas ou serviços de proteção, previstos nos art. 87, inciso III a V; 90; e 118, §1.º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

QUESTÃO 39

A Convenção sobre os Direitos da Criança assegura duas prerrogativas maiores que a sociedade e o Estado, as quais devem conferir à criança e ao adolescente cuidados e responsabilidades, para operacionalizar a proteção dos seus Direitos Humanos. Essas prerrogativas são a base dos parâmetros da Resolução n.º 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que regulamenta o sistema, a fim de implementar os mecanismos de defesa, os quais contam com a participação de diversos órgãos. Com base nessa informação, assinale a alternativa que **não** apresenta órgão(ões) participante(s).

- (A) Advocacia Geral da União e as procuradorias gerais dos estados
- (B) Polícia Civil Judiciária, inclusive a Polícia Técnica
- (C) Fundo de Assistência ao Trabalhador
- (D) Polícia Militar
- (E) Ouvidorias

QUESTÃO 40

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e os conselhos congêneres aprovarão programas socioeducativos que visem planejar, estrategicamente, as ações de instâncias públicas e os mecanismos de garantia de direitos do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Os programas têm como desafio garantir efetivamente o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, principalmente àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade. A implementação integral é condição fundamental para uma real mudança do olhar e do fazer que possibilite a concreta experiência e vivência singular da convivência familiar e comunitária para toda criança e adolescente no Brasil. Para tanto, é necessário observar o seguinte princípio:

- (A) estabilidade econômica com crescimento sustentado.
- (B) redução das desigualdades regionais.
- (C) combate à pobreza e promoção da cidadania e da inclusão social.
- (D) geração de empregos e oportunidades de renda.
- (E) participação proativa da família e da comunidade no processo.